



FÓRUM MUNDIAL DE ECONOMIA CIRCULAR

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA CIRCULAR NA AMÉRICA LATINA

O evento organizado pela Fiesp, Ciesp e o Senai-SP entrou na programação oficial do *World Circular Economy Forum Online - Fórum Mundial de Economia Circular* (abreviação em inglês WCEF), versão online, em parceria com o Fundo Finlandês de Inovação - SITRA, uma das mais importantes aceleradoras de negócios sustentáveis do mundo, ocorreu nos dias 29 e 30 de setembro.

Com mais de 1700 acessos à programação, o evento contou com a participação de especialistas e autoridades em Economia Circular da Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No evento também foi lançado o livro *Design e Economia Circular*, pelo Senai-SP.

pág. 02

Destaques dessa edição

CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

pág. 06

IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA OCDE

pág. 09

TREINAMENTOS CTF/IBAMA

pág. 11

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

pág. 11

AVISOS

pág. 14

NO RADAR

pág. 18

DIPLOMAS RECENTES

pág. 20

AGENDA

pág. 24



CONSTRUINDO UMA ECONOMIA CIRCULAR NA AMÉRICA LATINA



*Eduardo San Martin, presidente do Cosema
Paulo Skaf, presidente da Fiesp, Ciesp e Senai-SP
Ricardo Terra, diretor regional do Senai-SP*

Paulo Skaf, presidente da Fiesp, do Ciesp e do Senai-SP, agradeceu ao fundo finlandês Sitra ao permitir essa parceria de um evento voltado para a América Latina – com a participação de 26 países no Fórum – e ao astronauta e ministro Marcos Pontes, que foi aluno do Senai-SP. “O segredo é quebrar paradigmas todos os dias, se reinventar. A economia circular aumenta a competitividade das empresas e do país. É preciso olhar para o futuro, pois vivemos um momento de rápida transformação”, contextualizou o presidente das entidades da indústria na abertura do evento.

Eduardo San Martin, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, enfatizou a importância da temática para o Brasil, a América Latina e o mundo. Ele pontuou que, no passado, surgiu o conceito de *cleaner production*, na área têxtil, e a evolução dessas práticas para a Produção Mais Limpa (P+L) e o debate sobre esse conceito e suas práticas foi incentivado pela indústria paulista. Ele pontuou que “é preciso mudar hábitos de todo o mundo, o que envolve a sociedade, o governo, quem produz e quem consome”.

Na gênese da Economia Circular, a criação de processos sustentáveis e circulares na cadeia produtiva e de consumo. Trata-se de uma proposta de mudança em todo o mercado, desde o design dos produtos até a relação das matérias-primas com os consumidores ou seja, todos devem se engajar em

modelos de negócios a fim de evitar a geração de resíduos. Contrapondo-se ao processo produtivo linear, o circular prioriza o uso eficiente de insumos e a criação de valor no que antes era visto como lixo.

Jyri Arponen, líder sênior do Fundo de Inovação Finlandês - Sitra – uma das mais importantes entidades aceleradoras de negócios sustentáveis do mundo -, abordou a importância dos ecossistemas em grandes negócios circulares. Para ele, o mundo precisa encontrar uma maneira de se recuperar, e promover a resiliência da economia. Os princípios circulares existem há vários séculos, mas têm ganhado destaque devido ao rápido desenvolvimento tecnológico, o que representa vantagem para as empresas e oportunidade de negócios, requer a transição para uma nova mentalidade, adaptação de design e produtos, e atenção à mudança do clima, inclusive.

Ao tratar da atual pandemia (Covid-19), afirmou que teremos um ano de reconstrução pela frente, mas será preciso avaliar riscos e oportunidades, dar atenção ao desempenho, à tomada de decisões e à gestão de risco. Por fim, pontuou que, em visita ao Senai-SP, ficou impressionado com o interesse, engajamento e determinação para a construção de um futuro mais sustentável por parte da indústria. Em função dessa visita, em novembro de 2019, quando também participou de evento sobre o tema na Fiesp, foi estabelecida parceria que resultou no evento realizado.



Jyri Arponen, SITRA

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA CIRCULAR NA AMÉRICA LATINA



Marcos Pontes, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

Para manter a economia linear, seriam precisos muitos planetas Terra, observou Marcos Pontes, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, ao defender a “espaçonave Terra” e seus recursos finitos. O momento requer preservação ambiental, mudança de cultura, foco na qualidade de vida, ênfase no reúso, além da capacitação profissional, pois os jovens terão suas carreiras alteradas, o que incluiu a inovação. “Usar recursos de forma eficiente é um processo que exige a participação de todos”, enfatizou o ministro.

SESSÃO ONLINE DO FÓRUM MUNDIAL DE ECONOMIA CIRCULAR : PARCERIA ATRAVÉS DA MUDANÇA: NOVO IMPULSO NA ECONOMIA CIRCULAR EMERGENTE

David Mac – diretor global da Pace - Plataforma para Acelerar a Economia Circular e do WCEF, reforçou que pela primeira vez estamos enfrentando um sistema socioecológico de escopo planetário e nossa responsabilidade coletiva para o futuro aumentou muito com a pandemia.

Os fatores limitantes se referiam aos recursos naturais e às questões ambientais, mas deve-se abordar esses desequilíbrios socioeconômicos. “O capital humano por exemplo, está sobrevalorizado e o mesmo acontece com ecossistemas saudáveis frente ao mercado, responsável pela tomada de decisões. Não podemos nos surpreender com esses desequilíbrios. São consequências lógicas enviadas por todos os *players* de mercado.

Deve-se abraçar essa nova perspectiva e demonstrar oportunidade e lidar com o desenvolvimento sustentável, a gestão de recursos, o aquecimento global. Trabalhamos com várias recomendações para mudar o paradigma que irá determinar a competitividade dos países”, recomendou.

Em sua avaliação, a Comissão Europeia demonstrou disposição quanto aos princípios básicos que devem ser acatados por todos e o design [de produtos] será a espinha dorsal do nosso futuro, nas cadeias de valor, com o uso de novos materiais, como substitutos, e modelos de serviço. Assim, haverá uma nova paisagem industrial. Para ele, “a evidência científica lida melhor com esses desafios, mas cada vez que o mundo se torna mais competitivo nenhuma indústria consegue se isolar e fazer isto sozinho” e recomendou mais circularidades com os governos locais, revisão da legislação, colaboração e, inclusive, dimensionar as soluções da economia circular.

A representante da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), pontuou mudanças na forma de financiamento, foco na redução da pobreza e o empoderamento das mulheres, com a oferta de ferramentas financeiras sustentáveis, prioriza as populações da África. Na Ásia, há ação referente à presença de plásticos no oceano, projeto que virá para a América Latina. A Usaid tratou de valores globais, que incluem agricultura, nutrição, meio ambiente mais limpo, uso racional da energia e do solo, minimização da geração de resíduos e desperdício de alimentos. Por si só, são temas globais tão amplos que podem modificar toda uma cadeia de valor.





ECONOMIA CIRCULAR NA AMÉRICA LATINA

CASES DE SUCESSO

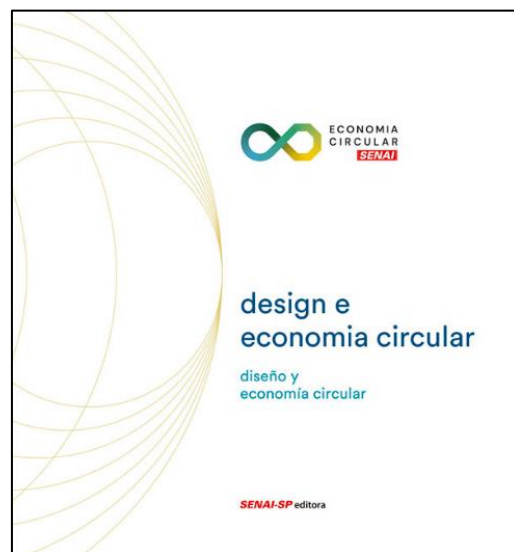
Outros participantes apresentaram seus cases, como, por exemplo a *Niaga* (*Again*, se lido ao contrário), que reaproveita o polímero de tapetes, o segundo item que mais gera resíduo [o primeiro; fraldas]. Mas o essencial é que os tapetes sejam fabricados apenas com um polímero, uma vez que conta com várias camadas. É mais fácil reciclar um polímero do que vários, indicando o impacto do design e fabricação de um produto.

O *Niaga* é um projeto desenvolvido nesse sentido, garantindo sucesso na cadeia de valor. Outros integrantes do painel apresentaram cases de reciclagem do alumínio, com soluções inovadoras, reaproveitamento de outros materiais e, inclusive, a recuperação de materiais de terras raras. Essas ações são desafiadoras, contam com o apoio da academia, e representam inovação para as pessoas e o planeta.

LIVRO SOBRE DESIGN E ECONOMIA CIRCULAR

No evento, foi lançado o livro ***Design e Economia Circular*** (Editora Senai-SP), um olhar voltado ao design e aos novos modelos de negócios circulares, com a organização de artigos de renomados especialistas de diversas partes do mundo. A apresentação coube ao diretor regional do Senai-SP, Ricardo Terra.

Terra também lembrou que o Senai-SP oferece curso gratuito sobre economia circular, em EAD, e mais de 64 mil pessoas no Brasil e no exterior já o realizaram, oferecido também em espanhol. O curso aborda também as transformações decorrentes da Economia Circular e a colaboração da indústria 4.0. “O design é ferramenta importante, uma mudança *de mindset* que irá acelerar o processo”, observou Terra.



Para se inscrever gratuitamente no curso de educação a distância de Economia Circular, é só acessar o portal: online.sp.senai.br

Além do mais, no último trimestre deste ano, será lançado curso MBA sobre economia circular, e também são oferecidos serviços às empresas, educacionais e tecnológicos, que podem ser acessados com o **app Senai empresas**, aplicativo gratuito, canal de comunicação com o Senai-SP.

Para adquirir ao livro ***Design e Economia Circular*** (Editora Senai-SP), acesse:

<https://www.senaispeditora.com.br/produto/desing-e-economia-circular/>

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA CIRCULAR NA AMÉRICA LATINA



Palestrantes representando os países da América Latina

O painel de debates **Construindo uma Economia Circular na América Latina** contou com a presença de especialistas do Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Uruguai, que debateram as medidas adotadas para a implantação da economia circular como modelo econômico e da moderação do Cristiano Prado, coordenador da Área de Pessoas e Prosperidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud-ONU).

Segundo Cristiano a Economia Circular tem grande papel: é mais inclusiva, mais resiliente e mais sustentável. Destacou ainda a publicação do Pnud de um guia de economia circular e o desenvolvimento de parcerias com usinas de cana de açúcar na produção de energia, além de apresentar propostas de políticas públicas para o Ministério da Economia.

Daniel Chang, coordenador de Programas e Projetos em Bioeconomia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, apresentou aos participantes a estratégia nacional 2016-2022 para a ciência e tecnologia nacional, o que inclui cadeias de Economia Circular, tais como o açaí e o pirarucu (Amazônia) e o Licuri (caatinga), agregando valor às comunidades locais. Outro case apresentado diz respeito ao reaproveitamento de computadores em cinco regiões brasileiras, com o treinamento de jovens, que resultou na recuperação de 116 toneladas de lixo eletrônico, em 2019. Outras iniciativas englobam resíduos eletroeletrônicos, com reaproveitamento de placas eletrônicas, lítio e cobalto e tratou, também, dos investimentos públicos, inclusive para startups, e os *roadmaps* realizados em todo o país, pelo Ministério, que embarcaram o conceito Economia Circular.

Na agenda ministerial, figuram tópicos como água, alimentos, energia, clima saúde, biomas e bioeconomia e, ainda economia e educação digital, tecnologias convergentes e habilitadoras, setor aeroespacial e defesa, nuclear, ciências e tecnologias sociais e minerais estratégicos.

Luis Martinez Cerna, da Universidade Central do Chile, pontuou que a América Latina tem muita riqueza: concentra 1/3 das águas doces, grande biodiversidade e reservas minerais. Por isso, é preciso incentivar a criação de novos negócios circulares e incorporá-los à sociedade, com os devidos incentivos tributários, além do fortalecimento da pesquisa para avançar nesse novo modelo. “Os governos são fundamentais para promover essa dinâmica”, afirmou.

Júlio Sosa, coordenador-executivo da Câmara das Indústrias do Uruguai, enfatizou que a essa altura a Economia Circular é um instrumento para melhoria da competitividade das empresas. “A mudança na matriz energética foi significativa, essencial, com a geração de energia 100% a partir de fontes renováveis. Temos lei de sacolas plásticas que, do meu ponto de vista, faz o consumidor ter noção do impacto. Ainda há muito trabalho” avaliou.

Também integraram os debates, Silvia Vargas, líder do Grupo de Economia Circular do Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, Elizabeth Peralta – ex-chefe do Departamento de Engenharia e Gestão Ambiental da Empresa Pública Municipal de serviços de água, esgoto e pluvial da cidade de Mar del Plata, Argentina.

Na conclusão, destaque para a frase “Economia circular é organizar a economia e os negócios de forma a gerenciar a economia ao mesmo tempo que diminuimos o desperdício de matéria-prima”, de Jyri Katainen, presidente do Fundo Finlandês de Inovação Sitra.



CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE – COSEMA DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DDS

ECONOMIA CIRCULAR: ATUAÇÃO DAS EMPRESAS

A atuação de uma empresa não termina após a venda de seu produto ao consumidor. Pelo menos não dentro da economia circular – conceito em que a vida útil de um material, até mesmo de embalagens descartáveis, é prolongada de forma a reduzir o impacto no meio ambiente ao mesmo tempo em que gera ganhos financeiros para a empresa.

Esse foi o tema da reunião conjunta promovida pelo Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp e o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, em 22 de setembro, com quatro grandes companhias.

Para o presidente do Cosema, Eduardo San Martin, a tendência é que a economia circular deixe de ser uma iniciativa voluntária e passe a ter amparo na lei. “Podem ter certeza que os países europeus vão exigir que os mercados não europeus com pretensão de exportar para lá devam demonstrar que seus bens estão inserido em práticas de economia circular.”

BRASKEM

A estratégia da companhia é dividida em cinco etapas, explicou a diretora de Economia Circular da Braskem na América Latina, Fabiana Quiroga: *design*, gestão de processos, educação dos consumidores sobre o descarte correto, apoio às cooperativas de reciclagem até chegar de fato à etapa da reciclagem. Isso quer dizer que a empresa se preocupa em utilizar água de reuso e energia renovável na produção de insumos até dar apoio aos catadores, que receberam cestas básicas neste ano de pandemia.

Há uma plataforma dentro da área de inovação da Braskem para desenvolver a reciclagem que utilize o máximo possível do plástico. Enquanto a reciclagem mecânica foca na qualidade – na eliminação de odor, por exemplo – a reciclagem química tenta transformar novamente em resina o material que é mais difícil de ser reciclado mecanicamente, com o objetivo de produzir um insumo que não tenha restrição de contato nem mesmo com alimentos.

Além disso, no ano passado, a empresa também promoveu um *hackaton* com a Kimberly-Clark e a

No Brasil, já há empresas que estão avançadas no assunto, mas o consenso é de que ainda é preciso difundir o conceito de economia circular. O Senai, que também esteve presente no encontro, está disponível para informar e auxiliar os pequenos empresários sobre o tema.

A Braskem, do ramo petroquímico, busca estimular desde os seus grandes clientes institucionais a fazer o melhor uso do plástico até as cooperativas de reciclagem. A Unilever tem a meta de reduzir pela metade o uso de plástico virgem até 2025.

A Hering, de vestuário, utiliza seus resíduos têxteis para produzir itens domésticos como almofadas. E a 3M, cujo carro-chefe é a esponja *Scotch-Brite*, conta com o trabalho de voluntários para reciclar o seu produto mais famoso. Segue resumo das apresentações :



Fabiana Quiroga, Braskem

Colgate-Palmolive, que são seus clientes, no qual universitários foram desafiados a criar soluções mais sustentáveis para as embalagens dessas companhias. A expectativa é que a Colgate introduza no próximo ano a embalagem nova, segundo Fabiana.

CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE – COSEMA

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DDS

UNILEVER

A Unilever tem o compromisso até 2030 de reduzir à metade o impacto ambiental da produção e do uso dos produtos. Para isso, a empresa precisa atingir três metas até 2025:

- Reduzir o uso de plástico virgem pela metade, o equivalente a 100 mil toneladas. A redução se dará com a elaboração de embalagens mais econômicas, que demandem menos matéria-prima, e por meio da introdução de PCR, como é chamado o plástico reciclado. As embalagens podem conter de 30% a 70% de PCR. Em dois anos, a Unilever já utilizou 6,117 toneladas de resina PCR, o equivalente a 22 aviões A380, maior avião comercial.
- Reutilizar, reciclar ou compostar 100% das embalagens. Para isso, há produtos concentrados que vêm em embalagens menores; refil *at home*, como são chamadas as embalagens mais flexíveis nas quais vêm o refil de produtos como o sabonete



Juliana Marra, Unilever

e, por fim, o refil *on the go*, no qual o consumidor pode fazer o refilamento no supermercado.

- Coletar e processar mais plástico do que vendem. É possível coletar plásticos por meio de parcerias como as que a Unilever já tem com o Grupo Pão de Açúcar, no qual têm um ponto de coleta voluntário de materiais recicláveis.

3M

Dos 15 mil itens que a americana 3M comercializa no Brasil, a esponja *Scotch-Brite* é o item de maior venda. “E representa um grande desafio de logística reversa, pois trata-se de um item de grande pulverização que a gente encontra em praticamente todos os lares”, disse o gerente de Sustentabilidade, Marcelo Gandur.

Desde 2014, em parceria com a TerraCycle, a 3M desenvolve o programa de reciclagem das esponjas. Esse programa conta com a figura central dos 6,5 mil brigadistas, como são chamados os voluntários responsáveis pela coleta dos materiais das empresas parceiras da TerraCycle. “Ele coloca as esponjas no correio, que são enviadas para uma central de reciclagem no interior de São Paulo. No nosso caso, o envio mínimo é de dois quilos da esponja. O brigadista define uma ONG para a qual a 3M doa R\$ 0,02 a cada esponja reciclada. Já reciclamos quase 2 milhões de esponjas.”

HERING

A Hering tem o projeto Trama Afetiva para lidar com os resíduos têxteis. “Quando olhamos para o resíduo com a potência que ele tem, entendemos que é possível que o resíduo se transformasse em objeto de desejo”, disse a diretora da Fundação Hermann Hering, Amélia Malheiros.

No primeiro ano, o projeto foi voltado para os resíduos do jeans, que viraram itens vestíveis para a casa, como almofadas. No segundo ano, foi a vez da malharia. Mais recentemente, a fundação fechou uma parceria com a empresa Feltros Santa Fé e juntos elaboraram um protótipo de feltro que leva também garrafa pet, mas ainda não foi comercializado.

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo

<https://bit.ly/372ru2j>

CONSELHO SUPERIOR DO AGRONEGÓCIO- COSAG

O presidente do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), Jacyr Costa Filho, mediu, no dia 5 de outubro, importante debate sobre pagamento por serviços ambientais. Participaram da reunião o secretário de Florestas e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Joaquim Álvaro Pereira Leite, o relator do Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), e o presidente do ING Bank – Brasil, Samuel Canineu.

Joaquim Álvaro Pereira Leite apresentou o Programa Floresta +, projeto lançado em julho pelo governo federal e focado na preservação das florestas nativas brasileiras, por meio da destinação de mais de R\$ 500 milhões para atividades voltadas à conservação e recuperação do meio ambiente.

“Existem mais 193 milhões de hectares remanescentes de vegetação nativa em imóveis rurais”, afirmou o secretário. “Além de produzir com eficiência, garantir segurança alimentar e preços acessíveis, precisamos proteger uma área equivalente à meia União Europeia”, advertiu Leite.

O programa é voltado para pessoas físicas ou jurídicas que realizam serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa ou sujeitas à sua recuperação. Por serviços ambientais, entendem-se atividades desenvolvidas em prol da melhoria, conservação ou recuperação da vegetação nativa, como monitoramento, vigilância e combate a incêndios.

“O papel do governo brasileiro é dar estrutura básica a esse mercado voluntário de serviços ambientais, estabelecendo, por exemplo, critérios mínimos de

elegibilidade, de modo a trazer credibilidade aos projetos, segurança jurídica aos pagadores e justa recompensa a quem protege nossos recursos naturais”, explicou Joaquim Álvaro Pereira Leite.

Por meio do mercado voluntário de serviços ambientais é possível desenvolver a economia local com impacto ambiental positivo, ampliar as boas práticas de governanças corporativas ambientais e alinhar políticas de desenvolvimento econômico, clima, comunidades e biodiversidade.

O deputado federal Arnaldo Jardim lembrou que a pauta vem sendo discutida no Congresso Nacional há anos. Mais recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 312/15, que cria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA). Segundo seu relator, o projeto disciplina o pagamento por serviços sociais e dialoga com o programa criado pelo MMA.

“Para poder dar credibilidade a todo esse sistema no projeto, estabelecemos regras do contrato de forma a definir claramente as obrigações dos provedores e dos pagadores e dar segurança jurídica ao pagamento dos serviços ambientais e propomos a criação de um cadastro nacional, no qual todos os contratos estariam registrados, garantindo transparência na contratação do serviço ambiental”, explicou Arnaldo Jardim.

O pagamento por serviços ambientais vem ganhando cada vez mais destaque também no mercado financeiro. Desde a década de 1990, o ING Bank – Brasil trabalha com investimentos que levam em conta critérios de sustentabilidade, mas, nos últimos anos, há uma tendência especial em relação ao mercado *green* e ao desenvolvimento responsável.

Para o especialista, uma política de pagamento por serviços ambientais pode ser a grande solução para os problemas do Brasil na medida em que tem potencial não apenas para preservar o meio ambiente, mas também gerar renda e promover o desenvolvimento regional.

“Não basta não causar danos ao meio ambiente, precisamos ser parte da solução e ajudar a melhorar o planeta, isso é urgente”, alertou Samuel Canineu, presidente do ING Bank – Brasil.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp



Joaquim Álvaro Pereira Leite, MMA

CONSELHO SUPERIOR DE COMÉRCIO EXTERIOR - COSCEX

É importante o debate sobre a política ambiental e suas implicações quanto ao comércio exterior para o Brasil. A observação foi feita pelo presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx) da Fiesp, Rubens Barbosa, durante a abertura de uma reunião virtual da Federação em agosto. Em pauta, a política ambiental no âmbito da negociação com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a cargo de Vera Thorstensen (coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas/FGV) mais a política ambiental brasileira e o impacto no comércio exterior, tema trazido pelo PhD Eduardo Viola, do programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB).

Vera Thorstensen deu ênfase às negociações do Brasil na OCDE e apresentou o panorama das ações da Organização conectadas à Agenda 2030 (de 2015, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metas e indicadores). “É preciso conhecer as regras de comércio da OMC, com seus 164 membros, e a força da OCDE com seus 37 membros”, disse, e comparou as especificidades de atuação das duas entidades internacionais.

De acordo com a expositora, um dos pilares fortes da OCDE envolve a boa prática de governança, que inclui as seguintes palavras-chave em suas métricas e análises: governança pública; política regulatória; agricultura; comércio (bens e serviços); sustentabilidade (crescimento verde + desenvolvimento sustentável); agricultura; educação; políticas científica e tecnológica; químicos; fluxo de capitais; tributação; emprego; trabalho e assuntos sociais; política de desenvolvimento regional; saúde,

entre outros. São 250 comitês e subgrupos, entre todos os temas, e acompanhar cada um deles configura um ‘desafio’, avaliou Thorstensen, diante da capacidade da entidade recolher diversos dados.

A OCDE estabeleceu instrumentos para a operacionalização do desenvolvimento sustentável contando com documentos internacionais (Organização Internacional do Trabalho/OIT, Convenções, Eurostat) com atribuição de *score*. E, ainda, negocia decisões e recomendações (*guidelines*), cria métrica e indicadores (*composite indicators*) sobre cada atributo relevante de cada tema e estabelece mapas comparativos de cada membro (*peer pressure*) e adota a concepção que o crescimento econômico deve vir acompanhado com políticas que permitam a conservação e a proteção do meio ambiente: agricultura, indústria, serviços e consumo, esclareceu a expositora.

Outra dimensão dada pela especialista, neste debate virtual, diz respeito aos *outlooks* anuais de seus Estados-membros, além da revisão de dados de cada um deles. No Outlook do Brasil 2015, com informações pulverizadas em relatórios da OCDE de 2017 a 2018, constam, entre as recomendações, acelerar a implementação de programas setoriais de mudança climática e o desenvolvimento dos sistemas de monitoramento; garantir o declínio do desmatamento; melhorar a produção e organização de informações do próprio país e dispostas em bancos de dados de organizações internacionais. Por exemplo, no ranking de rigor de política ambiental (um valor mais alto representa política mais rigorosa), a Dinamarca conta com 4.2; Noruega, 3.3; Estados Unidos, 2.6; Brasil, 0.8, empatando com a África do Sul, algo acima da Rússia com 0.6.

OCDE e Agenda 2030



Em sua avaliação, “a OCDE se tornou o grande agregador de indicadores e nada se faz mais no âmbito da Organização sem esse viés de meio ambiente e sustentabilidade”, enfatizou, e acrescentou que em função da métrica ser sempre atualizada, “teremos de aprender a fazer relatórios que levem em conta emissão por fonte, por uso de energia, CO₂ por intensidade de capital, pegada de carbono, emissão de partículas, produção de água, saneamento, gases derivados do lixo, pesquisa e desenvolvimento, insumos, serviços florestais (proteção e intensidade de seu uso), entre outros indicadores verdes. “Vamos ter de reconhecer isso e dar atenção ao tema que é fundamental”, concluiu Vera Thorstensen, da Fundação Getúlio Vargas

Eduardo Viola, cientista político, apresentou dados especialmente relativos à questão ambiental, no âmbito internacional, o que inclui mudança do clima, a poluição da água, do ar, do solo, dos oceanos, depleção da camada de ozônio e poluição além das fronteiras. Para o especialista, a Mudança do Clima é um dos principais problemas que a humanidade enfrenta, e que se soma ao risco de uma guerra nuclear e aos reflexos das tecnologias disruptivas, especialmente a Inteligência Artificial.

Na análise de Viola, quanto ao Acordo de Paris (COP 21 do Clima), o avanço é lento e a maior parte dos países não está em linha com suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas). Os Estados Unidos respondem por 14% das emissões, a Índia por 8%, o Japão por 3%, e o Brasil por 2% (dados de 2019).

Ao tratar das emissões brasileiras, Viola enfatizou a taxa de emissões de gases de efeito estufa (GEE), que cresceu desde a metade da década de 1990, declinou com a crise econômica mundial, em 2008, encontrou seu ponto de estabilidade, e voltou a ser negativa a partir de 2013. Para entrar na OCDE, “o Brasil precisará se ater à questão da proteção ambiental e também ao Fundo Amazônia, que depende da opinião da Noruega e da Alemanha no conjunto da União Europeia”, concluiu.

O presidente do Coscex, Rubens Barbosa, refletiu que, em função de o Brasil ter pedido sua adesão à OCDE, é preciso estar atento ao tema que poderá ter reflexos na indústria, por meio de barreiras ao comércio exterior, e de retaliação nas exportações.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

PORTAL COM PROJEÇÕES CLIMÁTICAS NO BRASIL É LANÇADO PELO INPE MCTI

Dados de projeções climáticas derivados de modelos globais e regionais, gráficos e diversas outras informações relacionados à mudança do clima, sobre todo o território nacional do Brasil, estão disponíveis, desde 24 de setembro de 2020 no site Projeções Climáticas no Brasil em <http://pclima.inpe.br>.

Cada um dos aspectos e dados escolhidos para fazer parte do portal teve como objetivo automatizar o processo de visualização, facilitar o entendimento e a fácil extração das informações, tanto por técnicos especialistas, quanto pela comunidade em geral.

O objetivo é de forma intuitiva disseminar o acesso a esses dados, que por vezes é de difícil acesso e interpretação por usuários não técnicos. O portal será atualizado e serão incorporados novos conjuntos de dados a partir das necessidades que surgirem.

O site reúne os mais variados dados atualizados sobre projeções climáticas no país, além de funcionalidades que permitem o usuário conhecer, visualizar e realizar o download das informações em

diferentes formatos e que podem auxiliar em estudos dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos como agrícola, energético, saúde, recursos hídricos, ecossistemas, cidades, e outros.

O portal, único no Brasil, foi idealizado pela Coordenação-Geral de Ciências da Terra CGCT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais INPE, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações MCTI e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. O trabalho foi executado pelas equipes da Divisão de Impactos, Adaptação e Vulnerabilidades DIIAV, Divisão de Modelagem do Sistema Terrestre DIMNT e Divisão de Previsão de Tempo e Clima DIPTC em colaboração com diversas instituições internacionais.

Veja o Portal Projeções Climáticas no Brasil em <http://pclima.inpe.br>

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
<https://bit.ly/3IHJtYT>



SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

O **Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral** é uma solução conjunta da indústria e do setor de reciclagem para adequação às regulamentações legais com responsabilidade socioambiental, utilizando-se de tecnologia, transparência e escala para diminuir o custo sistêmico.

Para oficializar o processo, foi firmado em maio de 2018, com a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), [Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em Geral](#) (TCLR), que

simboliza o compromisso das entidades signatárias, bem como das empresas aderentes ao Sistema, na melhoria da gestão das embalagens após o uso pelo consumidor e, no adequado cumprimento da legislação ambiental.

Atualmente esse TCLR conta com 65 entidades participantes, sendo 8 (oito) intervenientes anuentes (Fiesp, Ciesp, Fecomercio, Abetre, Abrelpe, IBÁ, SIMA e Cetesb) e 57 entidades signatárias (Associações, Sindicatos e Institutos), representando um universo de mais de **1.100** empresas aderentes.

Para saber mais sobre o **Sistema de Logística Reversa de Embalagens** e acessar o relatório com os resultados das concorrências de Certificados de Reciclagem, acesse: <http://bit.ly/2xVXoL1>

A próxima Concorrência de Certificados de Reciclagem (006/2020) ocorrerá em **01 de dezembro**.

Acesse o Edital de Concorrência: <http://bit.ly/2HfPy45>

FIESP E CIESP REALIZAM TREINAMENTOS PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizam treinamento, em formato virtual, para preenchimento do Cadastro Técnico Federal (CTF).

O evento realizado no formato on-line tem como objetivo esclarecer sobre a forma correta do preenchimento do Cadastro Técnico Federal do Ibama. No evento, são abordados assuntos como a legislação pertinente ao cadastro, quem é obrigado a se inscrever, como realizar a inscrição, como saber se a empresa está regular, a importância de manter o registro atualizado e acesso ao sistema do Ibama entre outros pontos de interesse. Trata-se de um serviço oferecido pela Fiesp para esclarecer e ajudar a indústria no preenchimento desse documento obrigatório, em parceria com o Ibama.

Nos treinamentos on-line, realizado nos dias 21/9 (atendeu as indústrias das regiões de Sorocaba, Jundiaí e Indaiatuba); 30/09 (regiões de Americana,

Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Rio Claro); 14/10 (Regiões de São Carlos, Araraquara e São João da Boa Vista); e 21/10 (regiões de Ribeirão Preto, Matão e São José do Rio Preto) centenas de técnicos participaram destas mais diversas regiões de São Paulo e outros Estados, e puderam tirar suas dúvidas sobre enquadramento, pagamento da taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA) no período de pandemia, regularização junto ao Ibama de empresas que ainda não efetuaram o CTF, entre outros assuntos.

Para os interessados, os próximos treinamentos serão realizados nos seguintes dias: **11 e 26/11**.

Faça o cadastro e receba todas as novidades promovidas pelos Departamentos de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp, bem como os próximos convites para participar dos treinamentos do CTF/IBAMA:

<https://apps.fiesp.com.br/FiespLogin>



BANCO CENTRAL INCLUI DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE NA AGENDA

Os desafios para o sistema financeiro provocados por alterações climáticas demandam uma ação coordenada e global. Pensando nisso, o Banco Central do Brasil lança a [dimensão Sustentabilidade](#), mais novo pilar da [Agenda BC#](#), que visa promover finanças sustentáveis, dando gerenciamento adequado aos riscos socioambientais e climáticos no sistema financeiro nacional, assim como integrar variáveis sustentáveis no processo de tomada de decisões do BC.

A crescente interação do BC com outros bancos centrais e organismos internacionais, assim como o frequente diálogo com instituições financeiras, são importantes para determinar a evolução da atuação e minimizar os efeitos de riscos socioambientais e climáticos na economia e sistema financeiro do país. Visando uma atuação integrada, o Banco Central promoveu debate com participantes do mercado financeiro do Brasil e do mundo a fim de ressaltar a importância do tema e discutir as respostas ao novo desafio do BC.

O presidente do BC assinou, durante o evento, memorando de entendimentos com a Climate Bonds Initiative (CBI). A parceria tem o objetivo de trocar informações relacionadas à promoção de finanças sustentáveis e ao gerenciamento adequado dos riscos socioambientais e climáticos no setor financeiro.

Para Marcio Lopes, presidente da Organização Brasileira de Cooperativas (OCB), o Brasil ainda está longe na fila do desenvolvimento dos *green bonds* (títulos verdes), mas reconheceu a importância da iniciativa lançada pelo BC. Assegurou, ainda, que as cooperativas serão as grandes parceiras da autarquia nessa agenda.

Já o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, destacou que serão necessários mais recursos para financiar uma transição para uma economia verde. “Em dezembro de 2019, nós chegamos a 22% do saldo da carteira de crédito para os setores que contribuem com a cadeia da economia verde.”

Segundo a diretora gerente de bancos para Europa, Oriente Médio e África da Moody's, Carola Schuler, em 2020, a pandemia do novo coronavírus influenciou drasticamente a visão da economia global sobre o tema sustentabilidade. “Nós teremos que fazer uma grande observação, incluindo todo esse risco de

mudança climática”.

São três os elementos centrais do lançamento: a responsabilidade do Banco Central frente às mudanças estruturais na economia; a emergência de riscos socioambientais e climáticos e suas implicações para a autoridade monetária; e a nova dimensão Sustentabilidade da Agenda BC#.

O BC tem como objetivos assegurar a estabilidade de preços e garantir a solidez e a eficiência do sistema financeiro nacional. “Para atingir esses objetivos, o Banco Central precisa permanecer na fronteira em sua atuação, respondendo a choques e riscos, presentes e futuros, à evolução das demandas da sociedade e às mudanças estruturais da economia. Em suma, a atuação do Banco Central deve se manter dinâmica e abrangente”, explicou Fernanda Nechio, diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC.

Ações da Agenda BC#, o Pix e o Open Banking são exemplos de resposta às transformações tecnológicas nos meios de pagamento e à evolução nas demandas da sociedade em busca de um sistema financeiro ágil, competitivo e seguro. De mãos dadas à atuação do Banco Central no âmbito tecnológico, a nova dimensão Sustentabilidade da Agenda BC# nasce com o objetivo de responder a mais um conjunto de transformações estruturais na economia.

Choques climáticos – incêndios, secas, enchentes, temperaturas extremas – afetam preços relativos na economia e, portanto, podem ter impactos sobre nossas decisões de política monetária. As alterações no clima põem em risco o sistema financeiro nacional, podendo alterar a demanda por moeda, valores de bens físicos e de colaterais, além de trazerem custos financeiros altos para a sociedade como um todo.

A formulação de políticas do Banco Central deve considerar os riscos socioambientais e o impacto de alterações climáticas em nossa economia e no sistema financeiro.

Saiba mais sobre o Pilar Sustentabilidade da Agenda BC#, em: <https://bit.ly/36MFCwr>

Fonte: Editado de Banco Central do Brasil

Matéria na íntegra em:

<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/485/noticia>



FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) assinou em 01 de setembro, memorando de entendimento com a ONG inglesa Climate Bond Initiative (CBI). A instituição vai trabalhar com a Pasta no alinhamento de seus programas e na qualificação de projetos segundo critérios de sustentabilidade e governança internacionais, tornando-os mais atrativos para investidores, tanto na fase de leilões quanto na captação de recursos, devido à possibilidade de emissão de títulos verdes para financiamento das ações.

“Temos a preocupação de atrair parcerias para enfrentar os grandes desafios que o Brasil tem pela frente, como a universalização do tratamento de esgoto e água, a revitalização das nossas bacias hidrográficas e obras de mobilidade e de habitação”, destaca o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. “Esse acordo que assinamos hoje é essencial nesse processo, pois vai permitir que certifiquemos a nossa carteira. Com isso, os investidores interessados em trabalhar conosco poderão emitir títulos verdes para financiar suas atividades. Isso vai dar maior competitividade e maior relevância às nossas ações”, completou.

A assinatura do acordo vai permitir que o MDR absorva, sem custos, práticas e conhecimentos da CBI que se relacionam com esse novo contexto de elaboração de projetos e programas de infraestrutura com base em certificação ambiental. A parceria também vai mobilizar o mercado de títulos relacionados a soluções para a mudança do clima a voltar os olhos para o Brasil. Para a organização internacional, o benefício está na disseminação e na aplicação de novos parâmetros ambientais reconhecidos internacionalmente.

“O Brasil tem à sua disposição os últimos recursos ambientais intocáveis do mundo. É um diferencial econômico para o País. Esta é uma oportunidade de certificar projetos com o foco sustentável para atender à demanda que cresce cada vez mais no mercado internacional”, avaliou a diretora executiva da CBI, Justine Leigh-Bell, por meio de videoconferência.

O memorando de entendimento estipula um prazo de três meses para a elaboração de um plano de trabalho, que definirá os setores prioritários para cooperação. O acordo tem vigência de 36 meses.

TÍTULOS VERDES

Os títulos verdes são títulos de dívida lançados por empresas para captar recursos voltados a implantar ou refinar projetos e para a compra de ativos capazes de trazer benefícios ao meio ambiente ou amenizar os efeitos das mudanças climáticas.

Atualmente, quem pode emitir títulos verdes no Brasil são empresas públicas e privadas, bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, bancos públicos e privados e bancos multilaterais.

Fonte: Editado do Ministério do Desenvolvimento Regional

<https://bit.ly/3nBTUWq>

FIESP

PORTAL
**CLIMA
EM DEBATE**

AVISOS

LOGÍSTICA REVERSA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Publicada em 01/10/2020, a **Lei nº 17.471, de 30 de setembro de 2020**, do Município de São Paulo, estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências. De acordo com esta Lei, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos seguintes produtos e embalagens comercializados no Município de São Paulo:

- óleo lubrificante usado e contaminado, e seus resíduos;
- baterias chumbo-ácido;
- pilhas e baterias portáteis;
- produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, bem como os diodos emissores de luz (LED – light- -emitting diode) e assemelhadas;
- pneus inservíveis, ainda que fracionados por quaisquer métodos;
- embalagens de produtos que após o uso pelo consumidor, independentemente de sua origem, sejam compostas por plástico, metal, vidro, aço, papel, papelão ou embalagens mistas, cartonadas, laminadas ou multicamada, tais como as de: a) alimentos; b) bebidas; c) produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; d) produtos de limpeza e afins;
- outros utensílios e bens de consumo, a critério do órgão municipal competente, ou da Cetesb;

Para o cumprimento do disposto acima, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, individualmente ou por meio de entidade representativa do setor contemplando conjuntos de empresas, ou por pessoa jurídica sem fins econômicos criada com o objetivo de gerenciar o respectivo sistema, aos quais caberá a interlocução com o Poder Executivo, ficam responsáveis pela implementação e operacionalização da logística reversa no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado do Município de São Paulo, conforme metas progressivas, intermediárias e finais, estabelecidas em acordos setoriais ou termos de compromisso, respeitada, no mínimo, a recuperação: até dezembro de 2024, de 35% do volume, em massa, das embalagens colocado no mercado no ano de 2023.

Os sistemas de logística reversa que forem objeto de acordo setorial ou de termos de compromisso firmados em âmbito nacional, regional ou estadual, entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes deverão ser considerados para fins de atendimento desta Lei, desde que comprovadamente estiverem realizando ações no âmbito municipal, e que atendam às regras e metas previstas na legislação municipal de regência.

Esta Lei entrará em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação e revoga a Lei nº 13.316, de 1º de fevereiro de 2002.

CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS É PRORROGADA ATÉ 16 DE NOVEMBRO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) prorrogou a consulta pública sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A consulta fica disponível para receber contribuições até o dia 16 de novembro no portal do MMA. O plano traz diagnóstico, diretrizes, metas e programas sobre a gestão do lixo no Brasil.

Para consultar a proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e contribuir com a consulta, acesse: <http://consultaspublicas.mma.gov.br/planares/>

Fonte: Editado de Ministério do Meio Ambiente
Matéria na íntegra em: <https://bit.ly/3jY7ku5>

AVISOS

INSPEÇÃO DE INDÚSTRIAS CONSUMIDORAS OU TRANSFORMADORAS DE PRODUTOS FLORESTAIS

Em vigor desde 20/08/2020, a Resolução nº 497, de 19 de agosto de 2020, editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), altera a Resolução nº 411/2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.

De acordo com esta norma, a Resolução Conama nº 411, de 6 de maio de 2009, passa a dispor sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos florestais madeireiros brutos e processados de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento

volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.

O órgão ambiental competente deverá estabelecer rotina de inspeção a partir de critérios de malha definidos pelo órgão de meio ambiente ou por sorteio público.

O Sinaflor e os sistemas eletrônicos estaduais integrados deverão conter mecanismos de rastreabilidade que identifique a origem dos produtos florestais madeireiros brutos e processados.

O IBAMA e os órgãos ambientais competentes, definirão os parâmetros mínimos de rastreabilidade a serem implementados no SINAFLO e sistemas integrados, consultando o setor empresarial quando for necessário.

IBAMA LANÇA SISTEMA DIGITAL ANTIFRAUDE PARA CONTROLE DA MADEIRA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, lançou em 08 de setembro o Sinaflor+. Com uma plataforma mais moderna e intuitiva, o sistema aperfeiçoa os mecanismos de rastreabilidade da origem da madeira, garantindo mais facilidade de acesso à informação e fortalecimento do combate ao desmatamento ilegal.

No sistema anterior, a vinculação entre madeira extraída e árvore original era feita por estimativa do inventário florestal. No Sinaflor+, as árvores destinadas ao corte seletivo são 100% identificadas por georreferenciamento, e cada produto florestal

pode ser rastreado até o ponto exato de onde foi originalmente extraído.

Além de prevenir fraudes, o Sinaflor+ dá mais segurança para quem trabalha de maneira regular no setor madeireiro. Com assinatura eletrônica e QR code no novo modelo de autorização, a fiscalização ganha transparência e ainda mais rigor.

O Sinaflor+ conta ainda com um painel de controle integrado para o usuário, com ferramentas que vão de histórico a busca inteligente, facilitando o gerenciamento de autorizações e pendências por parte do empreendedor.

FASE DE TESTES

Em fase inicial, o sistema foi testado desde 24 de agosto por mais de 500 usuários capacitados, entre membros de órgãos ambientais, responsáveis técnicos vinculados aos representantes setoriais e analistas do próprio Ibama. No período, foram emitidas mais de 100 autorizações no novo sistema.

Fonte: Editado de Ibama
Matéria na íntegra em: <https://bit.ly/3nAdmTK>

AVISOS

RASTREABILIDADE DA MADEIRA EM TORA

Em vigor desde 24/08/2020, a Instrução Normativa nº 19 de 21 de agosto de 2020, editada pelo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), altera a Instrução Normativa Ibama nº 21, de 23 de dezembro de 2014, para tratar do controle da origem da produção por meio da rastreabilidade da madeira em tora.

De acordo com esta norma, é obrigatória a adoção de procedimentos que possibilitem o controle da origem da produção por meio da rastreabilidade da madeira em tora em todos os tipos de projetos aprovados no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, desde a sua localização na floresta até o seu local de desdobramento.

A rastreabilidade será operacionalizada no Sinaflor pelas etapas de Traçamento/Dimensionamento ou de Registro de Exploração de Toras e se aplica a todos os tipos autorizativos elencados no artigo 17 desta norma, consistente em informar as seções de tora e respectivas dimensões de cada árvore explorada, sendo obrigatório para o tipo autorizativo Exploração de Plano Operacional Anual - POA com inventário florestal 100%.

Estarão sujeitos ao controle da origem da produção em referência todas as autorizações de atividades florestais emitidas no Sinaflor a partir da data de publicação da presente norma.

MEDIDAS NOS PROJETOS DE RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS - PRADA

Em vigor desde 17/09/2020, a Resolução Conjunta SAA/Sima nº 03, de 16-9-2020, dispõe sobre as medidas de regeneração, de recomposição e de acompanhamento da vegetação nativa, bem como as de compensação da Reserva Legal, nos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADAs, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental dos imóveis rurais no Estado de São Paulo - PRA, disciplinado pela Lei estadual 15.684, de 14-01-2015, e pelo Decreto estadual 64.842, de 05-03-2020.

Competem aos proprietários ou aos possuidores de imóveis rurais a manutenção e o monitoramento das áreas em recuperação ambiental objeto do PRADA e, ainda, poderão utilizar metodologias de monitoramento da vegetação nativa que alcancem os mesmos indicadores estabelecidos pela metodologia adotada pelo Estado de São Paulo.

O início de implantação do PRADA ocorrerá no prazo estipulado no Termo de Compromisso destinado à regularização ambiental do imóvel rural.

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

Ato Convocatório para implantação da Cobrança pelo Uso da Água no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados.

Por intermédio da Portaria DAEE nº 5245, de 23 de setembro de 2020, foi fixado o prazo de **01/10/2020 até 30/12/2020** para que todos os usuários outorgados de água confirmem e/ou alterem os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio São José dos Dourados.

Mais informações: <https://bit.ly/3lvHuHe>

AVISOS

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS: SANCIONADA ATUALIZAÇÃO COM NOVAS DIRETRIZES E OBRIGAÇÕES

Em vigor desde 01/10/2020, a Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, altera a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

Dentre outras definições trazidas, a nova Lei passou a considerar empreendedor como toda pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente.

Também adotou como fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):

- 1) a segurança da barragem, consideradas as fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação, descaracterização e usos futuros;
- 2) a informação e o estímulo à participação direta ou indireta da população nas ações preventivas e emergenciais, incluídos a elaboração e a implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) e o acesso ao seu conteúdo, ressalvadas as informações de caráter pessoal;
- 3) a responsabilidade legal do empreendedor pela segurança da barragem, pelos danos decorrentes de seu rompimento, vazamento ou mau funcionamento e, independentemente da existência de culpa, pela reparação desses danos;

- 4) a transparência de informações, a participação e o controle social;
- 5) a segurança da barragem como instrumento de alcance da sustentabilidade socioambiental

A nova Lei passa a dispor sobre as infrações e sanções, estabelecendo que, sem prejuízo das cominações na esfera penal e da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, considera-se infração administrativa “o descumprimento pelo empreendedor das obrigações estabelecidas nesta Lei, em seu regulamento ou em instruções dela decorrentes emitidas pelas autoridades competentes”. São autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo os servidores dos órgãos fiscalizadores e das autoridades competentes do Sisnama.

As novas diretrizes também proíbe o uso de barragens construídas pelo método chamado a montante (Mariana e Brumadinho) e dá um prazo até 2022 para desmontar essas barragens no país. Determina que as áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais, como as de Mariana e Brumadinho, têm prioridade para receber recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

Qualquer pessoa, ao constatar infração administrativa, pode dirigir representação à autoridade competente, para fins do exercício do seu poder de polícia, que estará obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade. As infrações são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório. Também houve aumento significativo nos valores das multas.

CONSULTE O DDS FIESP/CIESP

As equipes do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp estão empenhadas em diversas frentes de trabalho para amenizar os impactos das obrigações ambientais nas atividades do setor produtivo e auxílio na busca de oportunidades.

Para entender melhor as necessidades de seu setor ou indústria, envie seu questionamento, quanto às questões ambientais afetas à sua atividade, por meio do canal: cdma@fiesp.com.br





196

Representações em
Fóruns/Colegiados

NO RADAR

CONSELHOS AMBIENTAIS

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)

A Fiesp representou o setor produtivo na reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança para discussão e encaminhamentos favoráveis quanto a proposta de atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e manifestação quanto ao projeto de lei para suspensão da cobrança durante pandemias.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH)

O DDS participou da reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan) para discutir a proposta do Plano de Desenvolvimento de proteção Ambiental – PDPA para criação da Área de Proteção de Recuperação de Mananciais do Alto Juquiá/São Lourenço de autoria do CBH-Ribeira do Iguapé.

CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA CETESB

O DDS participou da reunião da Câmara Ambiental da Indústria Têxtil da Cetesb para tratar das alternativas de destinação e disposição ambiental adequadas dos lodos biológicos das industriais têxteis e o desenvolvimento do Guia de Produção & Consumo Sustentável.

RECURSOS HÍDRICOS

CEIVAP (PARAÍBA DO SUL FEDERAL)

Nos dias 07 e 09 de outubro foram realizadas oficinas de aprimoramento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, com o objetivo de discutir a proposta de metodologia da cobrança. O setor produtivo ratificaram o posicionamento quanto ao despropósito de discussão da atualização neste momento, considerando que já há um reajuste de 100% em andamento até o final de 2021. Também foram sugeridas adequações nos coeficientes em virtude da impossibilidade de aplicação, assim como, a necessidade de evoluir não só na arrecadação e, sim, na agilidade e investimentos dos recursos arrecadados para melhoria da qualidade e quantidade das águas.

CBH PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, coordenada pela Fiesp, avaliou os cenários de previsão meteorológica para o último trimestre de 2020 e as ocorrências e dificuldades nas captações devido as baixas vazões e queda na qualidade. No mês de outubro houve a maior liberação histórica de água (13 m³/s) do Sistema Cantareira para as bacias PCJ visando a manutenção das condições mínimas para o abastecimento do setor produtivo, rural e público.

SITUAÇÃO DOS MANANCIAIS - BACIAS PCJ E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



O mês de setembro encerrou-se com o Sistema Integrado de Abastecimento com aproximadamente 50% da capacidade, sendo que, o Sistema Cantareira responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de habitantes com índice de acumulação de 41%. As perspectivas meteorológicas e climáticas dos institutos públicos e privados indicaram alta severidade na estiagem em 2020 e precipitações abaixo da média histórica.

AÇÕES REGIONAIS

GRUPOS DE MEIO AMBIENTE - CIESP

DR CAMPINAS

O DDS FIESP realizou apresentação sobre as novidades do calendário de obrigações ambientais – 2020. Também foram destacados o cenário hídrico regional, as práticas e protocolos adotados nas empresas visando prevenção ao covid-19 e mudanças em normativas relacionadas a segurança dos colaboradores

DR LIMEIRA

Foram destacadas as práticas e protocolos adotados pelas empresas na retomada das atividades, apresentado o case de projeto ambientais do setor cerâmico e encaminhamentos para o 4º workshop de boas práticas industriais e ações coletivas para melhoria da qualidade dos mananciais da região.

DR ARARAQUARA

A Secretaria Executiva do Comitê de Bacias Hidrográfica Tietê-Jacaré apresentou as competências do colegiado, ações em andamento e, principalmente, dúvidas e considerações do setor produtivo acerca dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia.

EVENTOS

LANÇAMENTO DO ESTUDO: “A INDÚSTRIA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAPANEMA - USO DA ÁGUA E BOAS PRÁTICAS”

O DDS participou do lançamento do estudo “A indústria na Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema - Uso da Água e Boas Práticas” realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Comitê da Bacia do Rio Paranapanema. No evento a Fiesp destacou a importância do reconhecimento das evoluções e boas práticas da indústria no uso racional da água, assim como, que os indicadores devam levar em consideração as tipologias dos diferentes setores produtivos e realidades das regiões hidrográficas.

ESTUDO CNI: REÚSO DE EFLUENTES SANITÁRIOS

O DDS participou do lançamento do estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o impacto econômico dos investimentos de reúso de efluentes tratados de esgoto para o setor industrial. O reúso de efluente tratado de esgoto doméstico está entre as alternativas que diversos países vêm adotando para aumentar a segurança hídrica. O Brasil, hoje com capacidade instalada para produzir um metro cúbico de água de reúso por segundo, tem potencial de aumentar esse volume em quase 13 vezes. Para isso, seriam necessários investimentos de R\$ 1,89 bilhão em infraestruturas de reúso de água, que trariam um incremento na economia de quase R\$ 5,9 bilhões.



SIGA O DDS NO TWITTER

<https://twitter.com/FiespAmbiental>



CANAL DA FIESP NO YOUTUBE

www.youtube.com/FIESPonline

DIPLOMAS LEGAIS - FEDERAL

BIODIVERSIDADE

Resolução Conama nº 495, de 19 de agosto de 2020

Altera a Resolução 406/2009, que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia a empresários.

Resolução Conama nº 496, de 19 de agosto de 2020

Disciplina o uso e o manejo sustentáveis das abelhas-nativas-sem-ferrão em meliponicultura.

Resolução Conama nº 497, de 19 de agosto de 2020

Altera a Resolução nº 411/2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa.

Instrução Normativa Ibama nº 19, de 21 de agosto de 2020

Altera a Instrução Normativa Ibama nº 21, de 23 de dezembro de 2014, para tratar do controle da origem da produção por meio da rastreabilidade da madeira em tora.

Portaria MMA nº 518, de 29 de setembro de 2020

Institui a modalidade Floresta+ Carbono com o objetivo de incentivar o mercado voluntário, público e privado, de créditos de carbono de floresta nativa, de acordo com a Portaria nº 288, de 02 de julho de 2020.

FISCALIZAÇÃO

Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020

Altera a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

Decreto Federal nº 10.468, de 18 de agosto de 2020

Altera o Decreto nº 9.013/2017, que regulamenta a Lei nº 1.283/1950 e a Lei nº 7.889/1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Portaria MMA/Ibama nº 2.231, de 24 de setembro de 2020

Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e dá outras providências.

Portaria MMA/IBAMA nº 2.428, de 13 de outubro de 2020

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação com a finalidade de avaliar e monitorar as parcerias com Agentes Técnicos Conveniados, no âmbito dos Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e para apuração da eficiência energética veicular, celebradas mediante Acordo de Cooperação Técnica

Resolução RDC nº 430, de 08 de outubro de 2020,

Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.

EMISSIONES

Instrução Normativa Ibama nº 20, de 24 de setembro de 2020

Estabelece os requisitos técnicos e de homologação para os sistemas de OBD e para a medição das emissões em tráfego real e emissões durante a vida útil do veículo (ISC) em veículos pesados novos homologados na fase P8 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

DIPLOMAS LEGAIS - FEDERAL

EMISSIONES

Portaria MMA nº 544, de 26 de outubro de 2020

Publica o Regimento Interno da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.

GOVERNANÇA

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020

Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

Resolução Conama nº 500, de 19 de outubro de 2020

Declara a revogação das resoluções nºs 284/01, 302/02 e 303/02.

Portaria MMA/Ibama nº 2.542, de 23 de outubro de 2020

Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

RESÍDUOS

Resolução CONAMA nº 498, de 19 de agosto de 2020

Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de bio sólido em solos, e dá outras providências.

Resolução CONAMA/MMA nº 499, de 6 de outubro de 2020

Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.

DIPLOMAS LEGAIS - ESTADUAL

BIODIVERSIDADE

Decreto nº 65.182, de 16 de setembro de 2020

Institui o Programa Agro Legal, regulamenta os artigos 27 e 32 da Lei nº 15.684/2015, que dispõe sobre a regularização ambiental de imóveis rurais no Estado de São Paulo, e altera o Decreto nº 64.842/2020, que regulamenta a Lei nº 15.684/2015.

Resolução SIMA nº73, de 16 de setembro de 2020

Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo.

Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 03, de 16 de setembro de 2020

Dispõe sobre as medidas de regeneração, de recomposição e de acompanhamento da vegetação nativa, bem como as de compensação da Reserva Legal, nos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs).

FISCALIZAÇÃO

Portaria CCB Nº 24, de 22 de setembro de 2020

Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020 e Portaria nº CCB-022/800/20, de 09 de julho de 2020.

DIPLOMAS LEGAIS - ESTADUAL

FISCALIZAÇÃO

Resolução SIMA nº86, de 22 de outubro de 2020

Regulamenta os procedimentos para a integração das autorizações, alvarás de licenças e licenças ambientais com as outorgas, declarações e cadastros de uso e interferências em recursos hídricos.

RESÍDUOS

Resolução SIMA nº47, de 06 de agosto de 2020

Estabelece diretrizes e condições para o licenciamento de unidades de preparo de Combustível Derivado de Resíduos Sólidos – CDR e da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de CDR.

Resolução SIMA nº69, de 08 de setembro de 2020

Dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental das atividades de compostagem e vermicompostagem de resíduos orgânicos compostáveis de baixo impacto ambiental, sob condições determinadas.

Decisão de Diretoria Cetesb nº73, de 06 de agosto de 2020

Estabelece o “Procedimento para licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, preparo e utilização de combustível derivado de resíduos, tratamento e disposição final de resíduos sólidos”, em atendimento à Resolução SIMA nº 47/2020.

DIPLOMAS LEGAIS - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

RESÍDUOS

Lei nº 17.471, de 30 de setembro de 2020

Estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências.

MONITORE

PRAZO: ATÉ 31 DE OUTUBRO

INVENTÁRIO DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A quem se aplica: Os empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria - DD CETESB nº 254/2012 deverão encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa em meio eletrônico para a CETESB.

Como fazer: O inventário de emissões deverá ser reportado mediante preenchimento do formulário, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2019. O Inventário bem como sua memória de cálculo devem ser apresentados conforme disposto no Anexo Único da referida DD CETESB nº 254/2012 e enviados em planilha aberta para o e-mail: inventariogee_cetesb@sp.gov.br

Acesse o formulário em: <https://bit.ly/3dlJOoa>

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS por meio de casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o case da A.D.N. Comércio de Máquinas e Equipamentos que recebeu menção honrosa na categoria de micro e pequeno porte no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental de 2019.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

Clique nos links



ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



Empresa: A.D.N. Comércio de Máquinas e Equipamentos

Projeto: Coletar para transformar

A ADN Biodiesel é uma micro empresa fundada em 2009 na cidade de Agudos/SP, sendo o resultado de um projeto de especialização com foco na reciclagem e beneficiamento de óleos e gorduras pós-consumo, para transformação em produtos biodegradáveis.

O projeto consistiu na conscientização de alunos e a comunidade ao entorno da fábrica sobre o correto descarte do óleo, bem como oferecer uma solução para a coleta e destinação ambientalmente adequada do óleo e gorduras residuais. O projeto foi realizado em 2018 em 64 escolas localizadas em 16 cidades (Ibitinga, Agudos, Piratininga, Bariri, Dois Córregos, Macatuba, Valentim Gentil, Paulistânia, Gália, Lucianópolis, Cabrália Paulista, Borebi, Botucatu, Espírito Santos do Turvo, Itapuí e Santa Cruz do Rio Pardo).

O projeto foi realizado durante o ano letivo através de palestras e atividades complementares para explicar a importância da reciclagem. Para solucionar a problemática do descarte incorreto do material (óleo vegetal residual) foi proposta a troca de cada dois litros de óleo usado entregue, no ponto de coleta (escolas), por um detergente e o valor de R\$ 0,30 por litro de óleo entregue. Para cada 1.000 litros coletados, a escola ganhava um tablet, sendo a escola melhor pontuada, premiada também com um notebook. O projeto impactou o total de 19.534 pessoas (alunos e professores) e houve uma estimativa de 38.016 mil litros de óleo recuperado e reciclado.

Para conhecer o case completo, acesse:

<https://bit.ly/2zjendX>

AGENDE-SE



COMUNICADO

PRÊMIO DE MÉRITO AMBIENTAL E DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Devido à pandemia da Covid-19, que impõe a todos um enorme esforço de adaptação aos desafios e às mudanças em nossas rotinas, pela primeira vez, desde a criação das premiações, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por intermédio de seu Departamento de Desenvolvimento Sustentável deliberou pela **suspensão temporária** de todos os eventos, inclusive das solenidades onde costumeiramente são anunciadas as empresas finalistas.

A decisão foi tomada a partir da orientação dos setores de saúde que recomendam evitar aglomerações e, principalmente, mantendo todos os procedimentos de prevenção e proteção, já adotados por estas entidades em nossos espaços.

Agradecendo a compreensão de todos os participantes, oportunamente anunciaremos a data do evento de premiação, **edição 2020/2021**, para homenagear todos os esforços empreendidos pelas empresas industriais em prol da melhoria ambiental e da implantação de boas práticas de conservação e reúso em seus processos.

<https://www.fiesp.com.br/premioagua>

<https://www.fiesp.com.br/meritoambiental>

EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp. Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | cdma@fiesp.com.br | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: www.fiesp.com.br/cadastro